

Mais um problema com os credores: nossa política.

Banqueiros, empresários e o próprio Bresser Pereira confirmam: o quadro político do País está dificultando o acordo.

O ministro Bresser Pereira acha "normal" que os bancos credores apresentem uma contraproposta para a renegociação da dívida, sexta-feira próxima, mas adverte: "Acho que eles deveriam ir com calma. Nós não podemos fazer um acordo rápido, correndo, só para agradar os banqueiros. Não faremos isto sob hipótese alguma. Faremos um acordo que realmente interesse ao Brasil".

A contraproposta que os banqueiros começaram a preparar desde domingo, "irritados com a proposta brasileira", como se comenta, não vazou para a imprensa, mas um repórter indicou ontem, ao negociador Fernão Bracher, que "ela deverá ser vaga como a brasileira". A delegação do Brasil está minimizando a importância da reunião de Nova York, na sexta-feira, classificando-a apenas como "mais uma de uma série", mas está pedindo que ela comece pela manhã, e não de tarde, como previsto, porque pretendem embarcar no voo das 19h30 para o Rio de Janeiro.

Um banqueiro com um vencimento hoje, o vice-presidente do Banco de Tóquio, foi entrevistado com o ministro Bresser Pereira, na tarde de ontem. Antes do encontro, os dois foram ouvidos por alguns repórteres, separadamente. Tinham algo em comum: lamentavam que nada pudesse ser feito.

"Infelizmente, não podemos fazer nada", explicou o ministro Bresser Pereira, acrescentando: "Temos grandes simpatias pelos banqueiros japoneses. O vice-ministro de Finanças do Japão fez um discurso dando apoio, indiretamente, às nossas posições. Tenho certeza que o Japão vai ter um papel cada vez mais importante no processo de renegociação da dívida, e que o Japão será um aliado".

Mas o banqueiro japonês, representando Yusuka Kashiwa, apenas explicou aos repórteres: "Não temos escolha". Os bancos japoneses enfrentam hoje um problema, o mesmo que os bancos americanos terão no dia 26 de outubro: esgota-se o prazo legal para que fiquem sem contabilizar os juros de seus empréstimos, suspensos pela moratória. "Nós nos preparamos, e nada; então, vai acontecer", disse o banqueiro. Ele não quis explicar se a apresentação do plano de renegociação da dívida, na última sexta-feira, seria suficiente para adiar o prazo que se encerra hoje. E, quando lhe perguntaram se achava importante o Brasil ir para o FMI, respondeu que "sim, embora isto não seja uma problema dos bancos privados".

Outra conta que o Brasil não está pagando hoje seria uma parcela do principal devido ao Clube de Paris. Mas o ministro Bresser Pereira não viu nisso alguma novidade, estranhando que um jornal brasileiro tivesse falado em "rampimento".

"Não houve nenhuma novidade com o Clube de Paris. Ele não reestruturou a nossa dívida. Esperávamos que acontecesse, porque no começo do ano foi estabelecido que nossa dívida só seria reestruturada quando o Brasil fizesse um acordo com os bancos e tivesse um relatório favorável do FMI (...). Mas isto nos afeta pouco. O que é uma pena é que as agências de exportação continuam fechadas para o Brasil. (...) Está muito claro que só abrirão as agências de exportação dos grandes países industrializados depois que o Brasil tiver um acordo com o FMI".

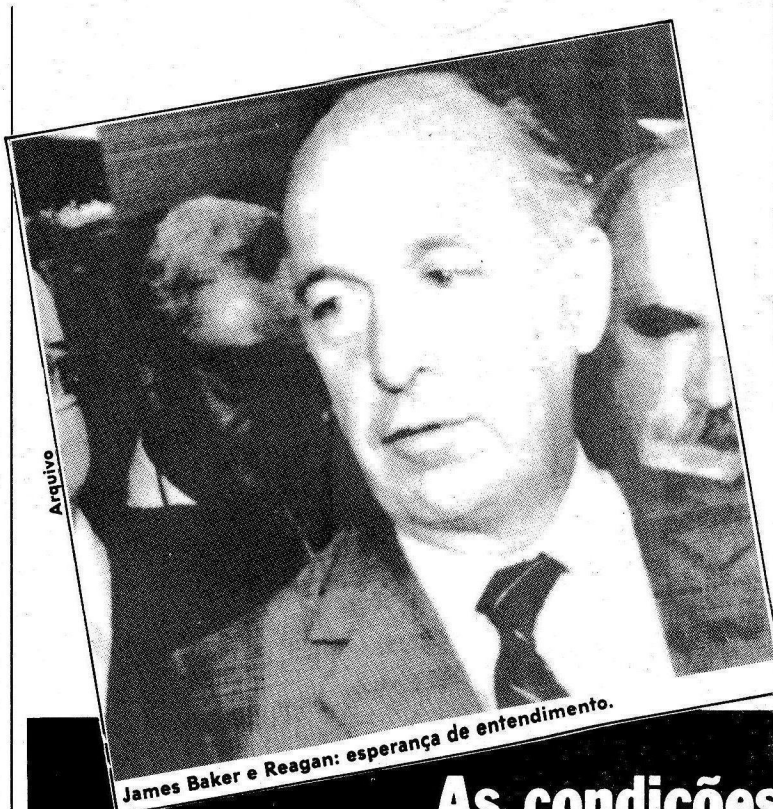
Logo depois, continuando a falar do Clube de Paris, o ministro Bresser Pereira diria que "os bancos estão achando que será preciso esperar que a Constituinte termine o seu trabalho". Os bancos estão pensando nisso, mesmo? — insistiu um repórter. "É. Estou dizendo isso", confirmou. E voltou a explicar qual a atitude do Brasil no dia de mais um vencimento do Clube de Paris:

"Nós não vamos pagar. Desde que não desembolsam dinheiro para nós, como deveriam estar desembolsando, não pagaremos".

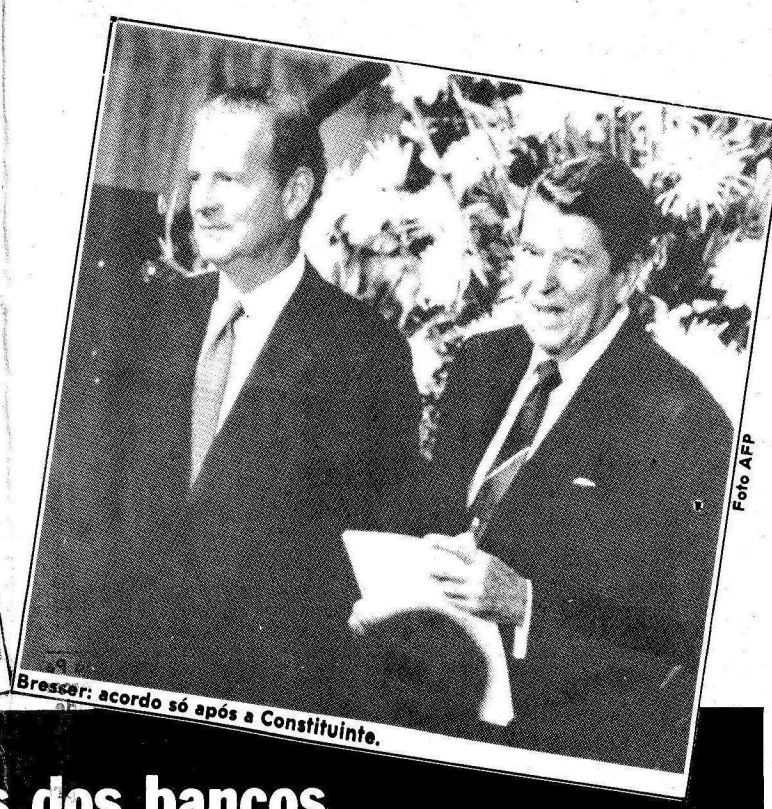
Melhor que os outros

Para o ministro, o fundamental é ter um acordo que "represente um avanço importante em relação ao acordo que foi feito com a Argentina, as Filipinas e o México, porque esses países estão profundamente insatisfeitos. Por isso, a nossa proposta de títulos é uma coisa importante, que vai representar uma nova etapa na história da dívida, porque através dos títulos e através da conversão da dívida em capital, uma completando a outra, nós poderemos ir reduzindo a dívida".

O ministro Bresser Pereira, durante a abertura oficial da reunião anual do FMI e do Banco Mundial, estava com o embaixador Marcílio Marques Moreira, e os negociadores da dívida, Fernando Milliet e Fernão Bracher. O *Wall Street Journal* da manhã trazia um artigo que concluiu que seu bom-humor e suas credenciais acadêmicas e políticas não são os únicos requisitos para convencer os banqueiros, e que é preciso mais. Os esforços que fez até agora "não



James Baker e Reagan: esperança de entendimento.



Bresser: acordo só após a Constituinte.

As condições dos bancos para concederem novos empréstimos

Só haverá mais dinheiro após o fim da moratória, afirma um banqueiro dos EUA.

Em resposta ao pedido do Brasil para que concedam condições mais suaves para o pagamento da dívida externa de US\$ 113 bilhões, os bancos comerciais poderiam solicitar que o País reinicie o pagamento de juros, em troca de um acordo para manter sua linha de créditos a curto prazo. A informação é de importante banqueiro norte-americano.

Essa proposta teria o objetivo de estabelecer as relações enquanto as duas partes elaboram um pacote de novos créditos e a reprogramação das obrigações brasileiras, que na opinião de alguns porta-vozes dos bancos necessitaria de quatro meses de negociações e outro prazo semelhante até sua assinatura.

O Brasil pediu, na última sexta-feira, aos 14 membros do comitê de assessoramento dos bancos, US\$ 10,4 bilhões em créditos novos para o pagamento de juros com vencimentos entre 1987 e 1989, assim como uma reprogramação de US\$ 68 bilhões de sua dívida sem *spread* ou comissões para as instituições.

O presidente do comitê, que se encontra em Washington para participar da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), reuniu-se domingo com seus colegas para discutir a proposta brasileira. A reação foi negativa e a proposta recusada, por ser considerada irreal. "Alguns banqueiros subiram pelas paredes", disse o diretor de

um banco, para demonstrar o grau de irritação de seus colegas. Porém, os banqueiros reconheceram que o Brasil tem altos objetivos em sua primeira proposta e que está disposto a negociar.

"Estou persuadido de que poderemos chegar a um acordo", afirmou um executivo de Nova York. Porém, ante a falta de políticas firmes no Brasil e pelo fato de as discrepâncias serem tão amplas, seria pouco realista esperar um acordo, no melhor dos casos, antes do fim do ano, afirmou.

Entretanto, a fim de estabelecer condições de negociações mais favoráveis, o executivo disse que os bancos poderiam propor um acordo provisório que admita a possibilidade de capitalizar os juros vencidos.

Em troca do reinício do pagamento de juros sobre a dívida de US\$ 68 bilhões que o Brasil suspendeu em fevereiro, os bancos poderiam restabelecer as linhas comerciais e interbancárias ao nível de US\$ 14 bilhões.

Esses créditos de curto prazo são considerados por muitos banqueiros como o calcanhar de Aquiles do Brasil, um país essencialmente dependente das exportações. Além disso, os banqueiros dizem que o Brasil perdeu uns US\$ 800 milhões em créditos de curto prazo desde que declarou a moratória, destacando que esse total continua aumentando.

Os banqueiros têm dúvidas sobre a decisão do ministro da Fazenda a respeito do

pagamento dos juros. Bresser Pereira disse nos últimos dias que um pagamento simbólico dos juros seria possível em circunstâncias adequadas. Porém, a retomada total dos pagamentos não será feita até que os bancos concedam novos empréstimos.

Importantes banqueiros reiteraram em Washington sua opinião de que a concessão de novos empréstimos teria de estar vinculada a um programa econômico, feito de comum acordo entre Brasil e FMI, que ponha limite ao galopante déficit do setor público.

Os banqueiros norte-americanos também preferem, por razões óbvias, um programa ortodoxo do FMI, porém alguns deles creem que se deve encontrar uma fórmula que concilie esta opinião com a negativa brasileira de negociar um acordo com o FMI até que tenha garantida a concessão de novos créditos bancários.

A iniciativa de um acordo provisório dificilmente terá sucesso até que fique claro que a solução de longo prazo que se busca não poderá ser encontrada da noite para o dia, disseram os banqueiros. Depois da próxima sexta-feira, quando se realizará em Nova York a reunião entre o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e o comitê dos bancos credores, haverá uma perspectiva mais clara sobre as possibilidades de um acordo e o prazo para concretizá-lo.

A proposta de um banqueiro alemão: perdoar parte da dívida.

O banco mais importante da Alemanha Ocidental — o Deutsche Bank — anunciou ontem em Washington que estudará o perdão de alguns créditos concedidos ao Terceiro Mundo. Na opinião de Alfred Herrhausen, o presidente da instituição,

a solução para a crise de países altamente endividados, como o Brasil e a Argentina, deveria partir de uma estratégia que também contemplasse a não obrigação de pagar a dívida. Com isso, o banqueiro alemão indicou que o Deutsche Bank não iria

rechaçar a proposta brasileira de converter em títulos a metade da dívida de longo prazo do País. Ele comparou a situação atual à vivida pela Alemanha no fim da 2ª Guerra Mundial, quando foi perdoada parte da dívida contraída antes do conflito.

foram especialmente bem: os bancos não ficaram emocionados com a proposta que lhes apresentou, na sexta-feira".

Para o *Journal*, Bresser Pereira estará cometendo um erro sério se acreditar que conchavos políticos com ministros de Finanças de outros países endividados, como o encontro com a Argentina e o México no restaurante O Circo, de Nova York, vai ajudá-lo a negociar com os bancos. "Isto pode, de fato, envenenar ainda mais a água", diz George Melloan, do *Journal*, presente à reunião que o ministro Bresser Pereira teve com os editores do jornal, na sexta-feira. O conselho: "É preciso oferecer algo que o mercado possa aceitar".

A contraproposta em elaboração, segundo alguns banqueiros anunciaram anteontem, durante um coquetel oferecido pelo Citicorp/Citibank, não surpreendeu o ministro, que sabia que sua proposta não seria aceita facilmente. Mas ele quis deixar claro, ontem, enquanto falava com repórteres, que "nós estamos dispostos a negociar, e que qualquer negociação implica em concessão dos dois lados", acrescentando: "A dívida é o problema mais grave que o Brasil tem, e a dívida cada vez piora mais, porque nossa capacidade de pagar diminui".

O ministro Bresser Pereira continua sendo uma celebridade nesta Washington tomada pelos banqueiros do mundo todo. É o mais perseguido pelas câmaras de tevê, fotógrafos e repórteres. O que não quer dizer que seja invejado. Como diz o *Wall Street Journal* poucos ministros de Finanças gostariam de estar diante dos problemas externos e internos que crescem à sua frente. Vieram mais para a grande festa, com muito champagne, caviar e limusines, do que para negociações.

Moisés Rabinovici, de Washington

Nos bastidores da reunião, pessimismo

A situação doméstica brasileira é um poderoso complicador para as negociações externas realizadas à margem das reuniões oficiais da 42ª Assembleia Anual do FMI-Bird, inaugurada oficialmente ontem em Washington, quando um plenário totalmente lotado assistiu ao discurso de quase meia hora do presidente norte-americano, Ronald Reagan, em defesa da liberdade, do progresso e, até, da desburocratização, assunto que também preocupa os Estados Unidos.

Nos bastidores do encontro, sabe-se que o Brasil não chegará a algo palpável até a quinta-feira, quando se encerra a reunião. Tampouco deverá chegar sexta-feira, data em que está marcado um diálogo com o *Advisory Committee* (o Comitê Assessor da Dívida Externa). Nessa oportunidade os bancos credores deverão apresentar uma contraproposta às teses brasileiras, discutidas longamente — embora sem pormenores — no encontro de sexta-feira passada, na capital norte-americana.

Quais serão os próximos passos? Quais as bases sobre as quais assentam-se as posições dos negociadores do País? Tentativas de respostas podem ser encontradas a partir de conversas com importantes empresários brasileiros que estão até hoje, ou no máximo amanhã, circulando nos corredores do Sheraton-Washington, o hotel onde se reúnem oficialmente a comunidade financeira internacional em dois anos de cada triênio, já que as reuniões do FMI-Bird (Fundo Monetário Internacional — Banco Mundial) realizam-se por dois anos consecutivos em Washington e a seguir em outra capital — a última foi Seul, em 85, e a próxima será Berlim, em 88.

Uma síntese de entrevistas feitas pelo JT com financistas e analistas do quadro atual indica:

1) Será muito difícil o encontro de depois de amanhã com os bancos comerciais privados. Presumivelmente, nada de notável ocorrerá, salvo uma forte pressão e ameaças dos bancos, que insistirão, entre outros itens, na suspensão da moratória brasileira;

2) O Brasil continuará perseguindo a ajuda norte-americana, em especial a partir das manifestações de apoio (discreto) do secretário do Tesouro, James A. Baker III, acerca do aspecto geral das posições brasileiras e da possibilidade de negociar com os bancos, antes de negociar com o FMI;

3) Nada poderá ser resolvido antes que haja transparência a respeito da situação interna brasileira, apesar da afirmação do secretário de Imprensa da Presidência, Frota Neto, de que não haverá mudanças na pasta da Fazenda;

4) O mais provável, portanto, é que se viva "um quadro de limbo" nos próximos 90 dias, sem qualquer acordo e com novas pressões, seja para levar o Brasil ao Fundo, seja para que se faça um *token payment* (pagamento simbólico), sem contrapartida imediata.

Adicionalmente, o atraso dos compromissos brasileiros com o Clube de Paris foi denunciado ontem, mas as preocupações a respeito não devem ser maiores. "Com o Clube de Paris, a solução é política. Portanto, mais fácil. O movimento faz parte da estratégia de negociação. O Clube de Paris não quer perder o espaço. A mim não assusta", afirmou Maurício Bicalho, ex-diretor do Brasil no FMI. Ele tradicionalmente acompanha as reuniões anuais da instituição.

Enquanto o Clube de Paris tomava essa medida de rotina, o secretário Baker dizia que nossa proposta merece consideração — declarou à imprensa brasileira o assessor especial para a dívida externa e ex-presidente do Banco Central, Fernão Bracher.

Divórcio

O que separa o Brasil dos bancos, observou Bracher, é a divisão de encargos. "Os bancos querem que as agências governamentais entrem com mais dinheiro. E o Brasil quer que o dinheiro das agências sirva para nosso desenvolvimento econômico".

Mais do que isso, os bancos não querem assistir ao quadro atual em que o Brasil mantém pagamentos em dia com o Fundo Monetário e o Banco Mundial, enquanto preserva a moratória com os bancos. Só os pagamentos ao FMI, Bird e Bid (Banco Interamericano de Desenvolvimento) conduzirão a uma saída líquida de recursos, este ano, de mais de US\$ 1,8 bilhão.

Resta ao Brasil, assim, um entendimento mais próprio com Baker, segundo um empresário brasileiro, já que os bancos, de certa forma, parecem falar não somente com o ministro da Fazenda, "mas com o ministro de plantão". Afinal, estes desconhecem o futuro político do ministério como um todo e, principalmente, ignoram qual será o mandato do presidente Sarney.

Os bancos estrangeiros observam dificuldades. Mas o secretário Baker notou que as propostas brasileiras merecem debate. Espere que o debate conduza a um acordo satisfatório para o Brasil — reforçou o presidente do Banco Itaú, José Carlos Moraes Abreu.

As dificuldades com os bancos são intensivas e também extensivas. Eles sabem que o caminho será um menu de soluções, porque a dívida não ficará como está. E entendem que a substituição de empréstimos por bônus não poderá envolver, prontamente, valores substanciais. "Eu não estranharia algo como 5% da dívida bancária, entre US\$ 3 e 3,5 bilhões", sugeriu Robert H. Barbour, primeiro vice-presidente do American Express Bank.

Muita negociação, portanto, está pela frente. Mas o cenário interno de indefinição praticamente inviabiliza soluções de prazo médio ou longo. E, com a indefinição sobre os juros, o Brasil não deve esperar obter os US\$ 10,4 bilhões que propôs aos bancos para o período 87/89.

O mais importante neste momento, portanto, seria uma manifestação expressa no Planalto em favor dos negociadores brasileiros, nota uma fonte brasileira. Que evitou, a propósito, um anúncio formal a respeito de um pagamento simbólico aos bancos, sugerido pelo economista Jeffrey Sachs, consultor informal da Fazenda.

De qualquer maneira, aquela que poderá ser a questão principal nas negociações fica adiada. Ir ao FMI? Pode ser, "mas sem vinculação com o acordo com os bancos", disse Bracher à imprensa. Outros brasileiros em Washington insistem em que é só questão de tempo.

Fábio Pahim Jr., de Washington.